



6º ENCONTRO NACIONAL
DO SERVIÇO SOCIAL
NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Relatório Final

"A atuação do Serviço Social do Ministério Público no assessoramento técnico, na perspectiva dos direitos humanos e coletivos, visando a defesa e garantia dos direitos humanos".

Florianópolis

2017

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público/SC

Sandro José Neis

Secretário-Geral do Ministério Público/SC

Fernando Comim

Centro de Aperfeiçoamento Funcional

Vanessa Cavalazi

Comunicação Social

Carlos Rocha dos Santos

Comissão Organizadora do IV ENSSMP

Benimari Moreira

Daniele Beatriz Manfrini

Gizelly Rodrigues

Comissão de Mesas e Conferências

Arnaldo Xavier da Silva

Ana Soraia Haddad Biasi

Fabiane Fernandes Farias Scarpari

Comissão Científica

Gizelly Rodrigues

Angela Ceschim

Fátima Regina Cardoso Constâncio

Regiane Eliziê Furquim de Camargo

Comissão Cultural

Sabrina Gabriela Santos Bragaglia

Marlene Michelin

Mariluse Taboas

Amanda de Aguiar

Patrocínio

UNIMED

Colaboradoras

Fernanda da Costa Teixeira (estagiária do MP/SC)

Arony Silva Cruz Paiva (assistente social)

1. INTRODUÇÃO

O Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público (ENSSMP) é um importante espaço de conhecimento, articulação e troca de experiências entre assistentes sociais que atuam no Ministério Público de todo o Brasil. Este evento teve sua primeira edição no ano de 2006, na cidade de Porto Alegre, por iniciativa das assistentes sociais do Estado do Rio Grande do Sul e desde então vem ocorrendo a cada dois anos em diferentes estados: o I ENSSMP teve como tema: "A inserção dos profissionais do Serviço Social dos diferentes estados, em suas diversas áreas de atuação"; o II Encontro, ocorreu em 2008, em Brasília, e abordou "A instrumentalidade do Serviço Social no Ministério Público"; o III Encontro, realizado em Minas Gerais, no ano de 2010, revelou preocupações mais específicas com o processo de realização da prática profissional tendo como tema "O processo de trabalho do Serviço Social no Ministério Público, atribuições, condições de trabalho e desafios"; o IV Encontro, ocorreu em 2012, na cidade do Rio de Janeiro e debateu "Diretrizes para o trabalho profissional do Serviço Social no Ministério Público"; o V Encontro, que realizou-se na Bahia no ano de 2014, teve como tema "Planejar em que direção?".

Nas cinco edições do evento, houve o incentivo e apoio institucional irrestrito por parte da administração superior, Procuradoria-Geral de Justiça, à participação de **todas** as Analistas em Serviço Social do Ministério Público de Santa Catarina. Também em todas as edições anteriores houve por parte dos profissionais participantes dos outros estados o desejo de conhecer essa Instituição que despertava interesse justamente por permitir que todos os profissionais de Serviço Social estivessem presentes no evento. Sabendo desse interesse, em 2014, as assistentes sociais do MP/SC apresentaram à Administração Superior documento solicitando autorização para a realização do IV ENSSMP no estado de Santa Catarina. Naquele momento, o então Procurador Geral, Dr. Lio Marcos Marin, acolheu o pleito disponibilizando os recursos institucionais e financeiros para a realização do evento.

Assim, após percorrer as cinco regiões do país, em 2014 Santa Catarina foi aclamada como sede do IV ENSSMP, pelos profissionais presentes na Bahia. No ano seguinte, por meio de encontro estadual, as profissionais catarinenses deram início a longa jornada de preparação do evento, que ocorreria sobre a administração de um novo Procurador Dr. Sandro José Neis, o qual não mediu esforços para acontecimento do evento. Uma coordenação geral foi escolhida, em seguida algumas comissões foram montadas e com o apoio da instituição, através do Centro de Aperfeiçoamento Funcional, do Setor de Eventos e da Coordenadoria de Comunicação Social, o IV Encontro foi ganhando vida.

A 6ª edição do ENSSMP que aconteceu em Florianópolis, entre os dias 9 e 11 de novembro de 2016, marcou os dez anos de trajetória desse evento referendando a sua importância histórica. O tema definido já na edição anterior, **"A atuação do Serviço Social do Ministério Público no assessoramento técnico, na perspectiva dos direitos humanos e coletivos, visando a defesa e garantia dos direitos humanos"**, desafiou duplamente a comissão organizadora: inicialmente para pensar um evento capaz de produzir inovação, considerando os dez anos de realização do encontro; e ainda, diante de sua amplitude e profundidade, de articular diferentes olhares que pudessem contemplá-lo.

Sendo assim, o 6º ENSSMP apresentou uma proposta metodológica diferenciada privilegiando a apresentação de trabalhos escritos pelos profissionais participantes compondo três sessões temáticas de apresentação para todos os profissionais presentes no evento, e que foram articuladas de acordo com eixos temáticos pré definidos:

- *Políticas públicas voltadas aos diferentes seguimentos sociais vulneráveis: mulheres, relações e identidades de gênero, criança e adolescente, pessoas com deficiência, idoso, migrante, população em situação de rua, população carcerária, minorias étnicas, família, dentre outros;*
- *Políticas Públicas de áreas diversas, como saúde, meio ambiente, habitação, educação, dentre outras; Articulações com a sociedade civil: instituições, movimentos sociais e organizações não governamentais;*
- *Trabalho em rede e Intersetorialidade; Formação profissional, supervisão de estágio, pesquisa, extensão;*
- *Planejamento e gestão institucional, Recursos Humanos, Saúde do Servidor, Sindicatos e*

- *Fóruns, Interdisciplinariedade no MP;*
- *Outras práticas e possibilidades de atuação.*

O Evento também se propôs a dar espaço para pessoas que foram cuidadosamente escolhidas por conta dos saberes acumulados ao longo de suas trajetórias de trabalho, de estudo e de vida, e que muito tinham a dizer sobre direitos humanos. Percorrendo o objetivo inicialmente proposto de propiciar espaço de aprimoramento e troca de experiências entre os/as assistentes sociais dos Ministérios Públicos de todos os estados brasileiros, diante da relevância do prosseguimento dos debates e da capacitação continuada para o aperfeiçoamento e o aprimoramento do processo de trabalho do Serviço Social nos diversos ramos dos Ministérios Públicos, as analistas em Serviço Social do Ministério Público Catarinense, veem agora por meio deste Relatório apresentar respeitosamente, a todos que estiveram envolvidos nesse percurso, os resultados dessa integração de diferentes saberes e troca de exitosas experiências, que foi o IV Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público. Fazemos isso na certeza de que sua realização resultou em avanços para a prática profissional do Serviço Social na instituição e conseqüentemente agregou à atuação do Ministério Público no cumprimento de sua missão constitucional.

2. PROGRAMAÇÃO:

2.1. PRIMEIRO DIA (9 DE NOVEMBRO DE 2016):

17:00 – Credenciamento

18:00 – Mesa de Abertura (Procurador Geral de Justiça/Comissão Organizadora)

18:30 – Apresentação Cultural

19:00 – Conferência de Abertura - Direitos Humanos: como pensar sua efetividade diante de um contexto de desigualdades sociais que se cronificam cotidianamente?

Conferencista: Vilson Groh (45 min)

Debatedores: Priscilla Linhares Albino (20 min)

Ementa: a proposta para a conferência de abertura consistiu em promover uma reflexão sobre o paradoxo entre os Direitos Humanos assegurados na Constituição Federal e a cronicidade das desigualdades sociais vividas pela população brasileira, articulando o assunto aos conhecimentos interdisciplinares e contribuindo para a reflexão da categoria profissional de assistentes sociais dos Ministérios Públicos sobre suas atuações profissionais nos diferentes ramos e setores ministeriais.

20:30 – Coquetel de Abertura/Lançamento do Livro: Dicionário Internacional do Serviço Social no Campo Sociojurídico.

2.2. SEGUNDO DIA (10 DE NOVEMBRO DE 2016):

8:30 - Leitura do Relatório do V ENSSMP (Assistentes Sociais da Bahia) e orientações sobre metodologia e dinâmica da programação do VI ENSSMP

9:00 - Sessão Temática 01: O Serviço Social e o Espaço Institucional

- Apresentação dos trabalhos:

1. 10 anos de Serviço Social no Ministério Público do estado de São Paulo: perspectivas, avanços e desafios à atuação profissional - Autoras: SILVA, Cintia Aparecida da; BERGAMIN, Paula Dias Vasconcelos; SOUZA, Bianca Ribeiro de; SANTOS, Rachel Fernanda dos Matos e SILVA, Leide de Souza;

2. Construção coletiva da identidade profissional: o assistente social na cultura institucional do MPPR - Autoras: COLIN, Denise e METZNER, Clarice.

3. A organização política do assistente social: a experiência do I Encontro Regional do Serviço Social no Ministério Público – centro-oeste - Autoras: BRANTH, Talita de Mattos; CAMPOS, Isabella Oliveira de e TEIXEIRA, Renata de Paula

Debatedora: Prof. Andrea Fucks

- Debate e sistematização da sessão temática em pequenos grupos

11:30 - Intervalo Para Almoço

13:30 - Sessão Temática 02 : Perspectivas De Intervenção Interdisciplinar para o Serviço Social no Ministério Público

- Apresentação dos trabalhos:

01. Iniciativa interinstitucional para a construção da rede intersetorial de proteção de Toledo/PR (RIPS) - Autores: SASSON, Susana Karen Hans; CÔRREA, Marcel Gustavo; PECEGUEIRO, Pamella Ellen de Oliveira; BIDARRA, Zelimar Soares; CESCNETO, Eugênia Aparecida; NOVELLO, Cristhiane Loiva; SANTANA, Aparecida Pereira Silva; SOUZA, Valdenice dos Santos; SILVA, Raquel Cassol da; COELHO, Elis Francini Souza; LEITE, Marília Borges; FORMIGHIERI, Janaína Mery Gomes e GUZZO, Tatiani Maria Finkler de Lima

02. Atendimento psicossocial aos integrantes do Ministério Público do estado de Goiás e interdisciplinaridade - Autoras: CARMO, Elizabeth Lopes de Arimatea e RODRIGUES, Jacqueline Alves Spereta

Debatedora: Rubia dos Santos Ronzoni

- Debate e sistematização da sessão temática em pequenos grupos

15:30: Coffee Break

16:00 - Sessão Temática 03: O Serviço Social no Assessoramento Técnico às Promotorias De Justiça

- Apresentação dos trabalhos:

01. Assessoramento técnico no Ministério Público: experiência de São Paulo. - Autora: PALHARES, Amanda Moretti

02. Demandas de adolescentes no sistema de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul: um estudo de assessoramento técnico em Serviço Social no MP/RS - Autora: REY, Beatriz Fortes

Debatedora: Renata Nunes Portela

- Debate e sistematização da sessão temática em pequenos grupos

18:00 - Exposição Dos Trabalhos Apresentados na Forma de Painéis: com a presença dos autores para explicações e troca de informações

Metodologia: foram selecionados trabalhos para apresentação na modalidade Pôster, estes ficaram expostos a partir do segundo dia do evento e tiveram um momento exclusivo para a troca de informações entre seus autores e o público.

Trabalhos Apresentados no Formato Pôster:

01. Serviço Social, planejamento institucional e políticas públicas para a garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária: a experiência de assessoramento técnico no "Projeto Panorama". SILVA, Marcia Nogueira; e SILVA, Anália dos Santos
02. Assessoria do NAT às promotorias de justiça do MPSP: os desafios apresentados no acompanhamento da implementação da política de assistência social no município de São Paulo. BERGAMIN, Paula Dias Vasconcelos; PANEGHINI, Luciana Ribeiro e KATAYAMA, Yuri Daniel
03. O assessoramento técnico no fomento de políticas públicas: a experiência na área da saúde mental em Porto Alegre. PERIN, Silvana Dóris e TEJADAS, Silvia da Silva
04. Projeto humanização do parto. NASCIMENTO, Shirley E BELÉM, Muirá
05. Alienação parental do idoso: o instituto da mediação como possibilidade de resolução de conflitos. ARAÚJO, Rebeqa Barbosa de Melo
06. Acolhimento institucional: entre o velho e o novo, a reiteração da violação e a defesa dos direitos. TEJADAS, Silvia da Silva
07. A (re) inclusão social desde o cárcere: portas entreabertas pelo Serviço Social. POLLIS, Rosilene de Fátima e SZCZEREPA LOPES, Consuelo
08. Comunidades quilombolas: reflexões acerca das possibilidades educativas e mobilizadoras em saúde. SILVA, Leide Sousa
09. O que somos e quem somos: um relato de experiência. ROVARIS, Sonia Cristina
10. A interdição civil à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência: proteção à cidadania e contribuições do Serviço Social nas ações de interdição. SANTOS, Janary José dos
11. Diagnóstico socioterritorial como ferramenta na defesa e garantia de direitos humanos. COLIN, Denise e SONDA, Roselene
12. Experiências de interdisciplinaridade na coordenação de apoio técnico pericial do MP/GO. COUTINHO, Amanda de Azevedo

18:30 - ENCERRAMENTO

19:30 - HAPPY HOUR POR ADESÃO (local Mercado Público de Florianópolis)

2.3. TERCERIO DIA (11 DE NOVEMBRO DE 2016):

9:00 MESA REDONDA: Novas regulamentações no Sistema de Justiça e o exercício profissional dos Assistentes Sociais no Ministério Público.

Participantes: Clarice Metzner - Assistente Social do Ministério Público do Paraná (20 min.); Cíntia Aparecida da Silva - Assistente Social do Ministério Público de São Paulo (20 min.); Marcia Nogueira – Assistente Social do Ministério Público do Rio de Janeiro (20min)

Debates (30 min.)

EMENTA: A proposta para esta mesa foi promover uma reflexão sobre as novas regulamentações apresentadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução Nº 33, especialmente) e delineadas pelo Novo Código de Processo Civil e suas possíveis relações com o exercício profissional dos Assistentes Sociais que atuam no Ministério Público.

10:30 MESA REDONDA: 10 ANOS DE ENSSMP: Trajetórias Construídas e Perspectivas.

Participantes: Gizelly Rodrigues (20 min.): Apresentação de dados levantados nos anais dos cinco

encontros nacionais colocando em perspectiva a trajetória profissional que o Serviço Social vem construindo no Ministério Público. Daniele Beatriz Manfrini (20 min.): Apresentação da sistematização dos trabalhos em grupo realizados durante o evento e dos dados do levantamento nacional. Benimari Moreira (20 min.): Encaminhamentos, avaliação e definição do local e tema do próximo evento.

11: 30 - Intervalo para almoço

13:30 - RODA DE CONVERSA: A Interdisciplinaridade no Ministério Público

Participantes:

Julia Wendhausen Cavallazzi - Promotora de Justiça - MP/SC (15 min.)

Daphne de Castro Fayad - Psicóloga do MP/SC (15 min.)

Gisela de Amorim Costa - Pedagoga do MP/SC (15 min.)

Ana Soraia Haddad Biasi - Assistente Social do MP/SC (15 min.)

Ementa: O objetivo desta mesa foi promover um diálogo entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento que atuam no Ministério Público sobre os desafios e as possibilidades da interdisciplinaridade considerando as peculiaridades de atuação da instituição e sua missão constitucional na defesa dos direitos humanos.

15:00 Coffee Brake

15:30 - MESA DE ENCERRAMENTO: O profissional e suas relações institucionais na perspectiva do cuidado.

Participante:

Fernanda Spanier Amador (60 min.)

EMENTA: A proposta para essa mesa foi promover uma reflexão sobre as relações de trabalho nas quais as assistentes sociais encontram-se inseridas em um contexto cercado de contradições, onde as relações de trabalho se complexificam na mesma proporção em que o modelo econômico vigente avança e onde se gestam opressões e resistências que afetam a subjetividade dos profissionais; articulando o assunto aos conhecimentos interdisciplinares e contribuindo para a reflexão da categoria profissional de assistentes sociais dos Ministérios Públicos sobre suas atuações profissionais nos diferentes ramos e setores ministeriais.

3. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES REALIZADAS:

3.1 Mesa De Abertura:

A assistente social do MP/SC Benimari Moreira abriu a mesa lembrando a trajetória dos encontros que vem sendo realizados desde 2006, ressaltou as dificuldades do momento econômico do país que marcam o cenário atual em que o evento atual ocorre; Agradeceu a participação de todos e o apoio do CEAF para a realização do evento; O Secretário Geral do Ministério Público Dr Fernando Comim, representando o Excelentíssimo Procurador Geral de Justiça do MP/SC Dr Sandro José Neis, destacou a atuação multifacetária do Serviço Social no MP que envolve áreas essenciais para a relação da Instituição com a sociedade; destacou também as melhorias que o encontro nacional pode trazer para o trabalho do Serviço Social do MP e para o próprio MP, resalta que o Serviço Social amplia a visão do promotor para que existam resultados concretos na vida das pessoas, para que a vida destas possa efetivamente ser melhor.

3.2 Conferência De Abertura:

Vilson solicitou a apresentação de cada uma das pessoas que estavam na platéia começou sua explanação destacando o momento de regressão dos direitos frente ao mercado, frente ao que foi historicamente construído; propôs uma discussão a ser realizada a partir do lugar social e do contexto onde nos encontramos; ressaltou a importância de que ocorra a materialização do direito através das políticas públicas inscritas nos orçamentos; importância da análise histórica crítica da instauração do Estado Mínimo; levou ao questionamento: como a gente pensa os direitos sociais é do nosso lugar social? Destacou a importância de que se faça análise de classe retomando o processo de luta para não segmentar negros, indígenas, gênero; questionou como o assistente social se coloca na realidade? Na ação com o promotor? Como agir para garantir o que já está garantido em lei? Ressaltou a importância do exercício da cidadania, do controle social em detrimento da regulação estatal – importância do intelectual orgânico que conhece a realidade que se deixa encharcar pela realidade – a palavra tem que estar vinculada à práxis, não devemos perder a utopia a luta por política pública “nenhum direito a menos”.

Debate

Dr^a Priscila: destacou a luta diária pela dignidade pelos direitos humanos – como as questões chegam no Ministério Público diante de um quadro de estado mínimo e da regulação do mercado – ressaltou a importância da política pública estatal lembrando que todos são responsáveis por construí-las – também destacou a importância do Serviço Social no MP e do Encontro Nacional.

3.3 Relatório V ENSSS:

As colegas da Bahia iniciaram lembrando os desafios que é organizar o evento. Focaram no levantamento nacional e nas deliberações. Poucas pessoas responderam o levantamento nacional que é realizado a cada evento, 133 pessoas mais precisamente; do levantamento destacaram que a participação de profissionais de contrato temporário está crescendo. Lembraram o cenário econômico em que o evento estava acontecendo como algo que levou a menor participação; 162 pessoas compareceram ao evento na Bahia. Salientaram que a maior parte das deliberações realizadas ao final de cada encontro não saem do papel, constituindo-se um desafio pensar quais formas, quais estratégias usar para que essas deliberações não fiquem só na plenária; como desafios para os próximos encontros deixaram: apresentar o relatório final do encontro com antecedência para o MP que realizará o próximo; e instituir grupos de trabalho para cumprimento das deliberações dos encontros;

3.4 Primeira Sessão Temática:

1º Trabalho: 10 anos de Serviço Social no Ministério Público do estado de São Paulo: perspectivas, avanços e desafios à atuação profissional

Autoras: SILVA, Cintia Aparecida da; BERGAMIN, Paula Dias Vasconcelos; SOUZA, Bianca Ribeiro de; SANTOS, Rachel Fernanda dos Matos e SILVA, Leide de Souza;

As autoras destacaram a importância do encontro nacional para a troca de experiências; explicaram como proveram a modificação das atribuições com a colaboração dos assistentes sociais, os profissionais do primeiro concurso ficaram na capital no segundo já foram distribuídas pelo interior, as que ficaram na capital ficaram no NAT; ressaltou a importância da capilaridade do Serviço Social na Instituição; reflexão sobre como lidar com as novas demandas institucionais que demandas são essas; questão da recomendação 33 teve impacto no MP/SP maior MP do Brasil os promotores fizeram pressão pela contratação de mais profissionais de Serviço Social, a instituição fez a proposta de criação de estagiários para atuar nas promotorias, porém os assistentes sociais não estão em promotorias, o que inviabilizaria a supervisão; há uma tensão na solicitação de relatórios por parte do MP para a rede, enfrentam explicando o que é a rede, como trabalha, para que o promotor faça o diálogo com a rede.

2º Trabalho: Construção coletiva da identidade profissional: o assistente social na cultura institucional do MPPR

Autoras: COLIN, Denise e METZNER, Clarice

As autoras lembraram o momento atual da identidade do profissional como defensor dos direitos e do estado democrático de direito, identidade entre a Instituição, sua finalidade e a profissão; destacaram um pouco da história do Serviço Social em 1989 teve a cessão de um profissional de Serviço Social e psicologia já com visão de atuação para a defesa dos direitos coletivos; desde que entraram fizeram um grupo de discussão e começaram a construir as atribuições do assistente social do MP e o procurador validou o documento construído pelas profissionais. Esse documento servia de base, mas nem sempre se reproduzia nas solicitações feitas pelos promotores aquilo que o documento trazia. Também foi abordado o conteúdo da carta de Brasília CNMP (2016) que exprime a missão de construção de política pública de prestação de contas para a sociedade, levantamento de demandas e monitoramento, combate as desigualdades, ampliação do MP Resolutivo com planejamento. Foi relatado que no momento o serviço social está organizando uma plataforma de mapeamento dos serviços públicos e trabalhando para o estabelecimento de fluxos. Apresentaram a experiência do Ministério Público social. Descaram a importância do encontro nacional relatando que pautaram suas experiências naquilo que foi realizado por São Paulo e do Rio Grande do Sul. Por fim, foi elencada a importância do trabalho realizado no território, sem trabalhar com demandas individuais, trabalhar com redes, com planejamento e prioridades, com diagnóstico de equipamentos públicos.

3º Trabalho: A organização política do assistente social: a experiência do I Encontro Regional do Serviço Social no Ministério Público – centro-oeste

Autoras: BRANTH, Talita de Mattos; CAMPOS, Isabella Oliveira de e TEIXEIRA, Renata de Paula

As autoras destacaram que esse foi o primeiro trabalho apresentado pelo Estado em um encontro nacional do Serviço Social. A inserção do Serviço Social foi a partir de 2013 neste estado. A reflexão do trabalho passa pela mobilização e organização dos profissionais nos encontros regionais com o objetivo de construir a identidade dos profissionais e construir diretrizes comuns, essa iniciativa surgiu do V Encontro Nacional, o primeiro seguiu o tema do nacional; desafiados a efetivar as deliberações buscaram fortalecer essa iniciativa dando metodologia: planejar monitorar e avaliar. Cada Estado da Região Centro-oeste fez uma reflexão sobre as deliberações dos encontros nacionais. Os encontros são uma forma de garantir a organização da construção da identidade profissional. O debate trouxe reflexões sobre a própria finalidade desse encontro, destacando a dimensão política dos encontros entendendo que essa é uma finalidade que vai além da qualificação e troca de experiências – construção coletiva e organização política da categoria profissional. Os encontros são fundamentais para a construção da identidade profissional e mobilização da categoria. Importância de articular o serviço social com os demais trabalhadores. Deixa a idéia de que todos os encontros tenham uma mesa de análise de conjuntura.

Debate - Professora Andréia Debatedora: a debatedora destacou a dificuldade de os profissionais se tornarem supervisores de estágio como uma dimensão política; não podemos esquecer que a nossa profissão é interventiva, é o caráter político que vai dimensionar a direcionalidade dessa intervenção; a profissão começa interventiva, operativa mas um processo de construção interna e externa como se reforça a discussão que a gente tem travado na dimensão atual das competências indissociáveis. O grande desafio é tornar indissociável as três dimensões técnico administrativa, ético política e teórico metodológica; há a necessidade de uma ação afirmativa do serviço social no MP; quem demanda o trabalho diz o que vamos fazer por isso a necessidade de uma clareza teórica de posições; ainda hoje há uma grande dificuldade de saber o que é o serviço social, não há incompatibilidade entre os objetivos do serviço social e do MP, mas os objetivos do serviço social não podem se reduzir aos da instituição – o trabalhador isolado em algum momento sucumbe ao capital (MARX) daí a importância da construção coletiva – de que forma as construções coletivas se materializam – essas construções nem sempre serão acatadas pelo MP, mas são importantes no refinamento do fazer profissional. Identidade do

serviço social também é importante em consonância com a construção da identidade do serviço social no MP.

Debate aberto para as perguntas:

O movimento de desregulamentação das leis de garantia dos direitos humanos, de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, tudo isso vai se refletir na nossa profissão e esse encontro precisa trazer essa reflexão; teremos que ter novas estratégias de afirmação de direitos porque em breve não haverá leis defendendo e garantindo os direitos; ressalta a importância do controle social fortalecimento dessa instância; buscar articulação com os movimentos sociais, desenvolvimento dos trabalhos em rede; regularização das nossas atribuições dentro do MP: fortalecimento dos coletivos da profissão; ver quais são as nossas pautas junto ao CFESS e ao Sóciojurídico o que nós temos que levar para o CFESS e para o CRESS; interlocução com a FENAMP que tem articulação com o CNMP em relação as nossas pautas, interlocução das nossas pautas como trabalhadores; Discussão da questão da assessoria na fiscalização das instituições que são repassadas para os assistentes sociais, no entendimento de que é o promotor que tem que assumir a condução do processo, o serviço social do MP/SP articulou com uma promotora que levou isso para o CNMP, mas este não dispõe de muitos recursos humanos para fazer essas análises. Interdisciplinaridade e garantia dos espaços próprios do serviço social, estão iniciando discussões em grupo para discutir o fazer próprio da profissão nessa relação com as demais profissões. O serviço social no MP do Paraná foi chamado a discutir uma resolução do CNMP sobre a fiscalização de instituições de moradores de rua, entendem que seria uma demanda gigante e que precisa articular com o CNMP para pensar essas questões; RS destaca a importância de articulação com a FENAMP para o reforço das pautas do serviço social; Pede mais esclarecimentos sobre o movimento feito por São Paulo/e também a mediação como atribuição do Serviço Social – MT - Mesa respondeu que no Paraná como estão organizados indicando que no início não havia uma definição da direção sobre como trabalhar, cada um construiu a sua experiência dentro daquilo que foi possível, depois conseguiram se organizar para extrapolar a comarca, ressalta a importância de escrever sobre essas experiências que vão fortalecer essa atuação, estão trabalhando ainda a padronização das atuações; o que fazemos, o que não fazemos o que a rede faz e o que ela não faz; política pública é o ponto de partida, não o ponto de chegada.

3.5 Sessão Temática 2:

1º Trabalho: Iniciativa interinstitucional para a construção da rede intersetorial de proteção de Toledo/PR (RIPS). Autores: SASSON, Susana Karen Hans; CÔRREA, Marcel Gustavo; PECEGUEIRO, Pamella Ellen de Oliveira; BIDARRA, Zelimar Soares; CESCNETO, Eugênia Aparecida; NOVELLO, Cristhiane Loiva; SANTANA, Aparecida Pereira Silva; SOUZA, Valdenice dos Santos; SILVA, Raquel Cassol da; COELHO, Elis Francini Souza; LEITE, Marília Borges; FORMIGHIERI, Janaína Mery Gomes e GUZZO, Tatiani Maria Finkler de Lima

Diferentes órgãos fazem parte da Rede que começou a funcionar em 2015. Buscaram uma forma de pensar que não fosse de cima para baixo. O que se queria era construir uma prática organizada com base em protocolos e fluxos para a garantia de direitos. Essa é uma ação política que diverge das práticas isoladas, desconstruir os poderes cristalizados; havia muitas práticas intersetoriais e ninguém sentava para ver como construir a rede intersetorial, foi necessário tanto desconstruir práticas quanto construir novas práticas. Essa rede desde o início teve a participação do serviço social do MP e da promotoria da infância. Estes conseguem fazer uma boa articulação. Começaram pela área do acolhimento institucional e ficaram um ano trabalhando nessa temática; protocolo 1 é sobre o ato de acolhimento, estão elaborando um segundo sobre o processo de acolhimento; as práticas se concretizam mesmo antes de o documento estar institucionalizado.

2º Trabalho: Atendimento psicossocial aos integrantes do Ministério Público do Estado de Goiás e interdisciplinaridade. Autoras: CARMO, Elizabeth Lopes de Arimatea e RODRIGUES,

Jacqueline Alves Spereta

O procurador percebeu que havia demandas internas a serem atendidas pela profissão e os profissionais a princípio rejeitaram fazer parte; construíram o programa institucional de segurança no trabalho; antes se tinha a visão de RH como área administrativa, mas hoje há uma gestão de desenvolvimento humano; as licenças médicas do MP estavam geralmente ligadas as doenças mentais; as situações de conflito eram levadas para a corregedoria e agora são tratadas na política de gestão de conflitos. Trabalhar no curso de formação do promotor de justiça. Servidores e membros são integrantes do MP importância desse reconhecimento. Vários profissionais integram a equipe. Trabalho de prevenção. Querem fortalecer o gestor não fazer o papel dele. Palestras sobre saúde mental e medicina integrativa. Síndrome de Burnout. Pesquisa de material para a elaboração de informativo sobre a saúde mental no trabalho. Área de gestão de pessoas - valorização dos recursos humanos. Ressaltam que nós enquanto profissionais falamos de direitos do cidadão, mas nós também temos direitos.

Debate – Profª Drª Rubia dos Santos Ronzoni: Lembra o momento que estamos vivendo e que tem implicações diretas na nossa vida e nos espaços de trabalhos e afeta a vida dos usuários; crise do capital, crise política e crise social de valores; é preciso ter claro que o nosso trabalho não vai dar conta dessa realidade porque são macros, mas é possível construir práticas que melhorem o trabalho. Compreender os sujeitos na sua integralidade necessita de diferentes saberes, a discussão da interdisciplinaridade vem ganhando força entendendo que esse sujeito a quem direcionamos essa ação é integral; na interdisciplinaridade as profissões não se sobrepõe, a construção de estratégias, a direção ética política, é preciso pactuar questões, até onde vai cada profissional; por isso é preciso saber muito bem o que faz a minha profissão. Intersetorialidade pode ser construída de duas formas, um pela gestão e uma outra que é pela base, que os técnicos podem construir. É preciso construir uma ética do trabalho intersetorial que construa uma nova forma de construir políticas públicas. Construção de protocolos de atendimento, referências e contrareferências, otimização de recursos porque não sobrepõe ações.

Debate aberto para perguntas: Ter visibilidade na instituição, o caminho pode ser no momento em que o promotor entra no MP já entra conhecendo o trabalho, no estágio probatório eles querem acertar e esse é um momento chave. A questão da substituição é um desafio porque o promotor passa mas o servidor fica. Estigmatização pelos colegas, deixar construir resoluções. O campo da intersetorialidade é um campo cheio de conflitos, permeado de atitudes defensivas, daí a importância de uma equipe de mobilização que consiga planejar e captar as possíveis atitudes defensivas nos momentos em que elas vierem. Entre a decisão e a execução existe um distanciamento. Chamar sujeitos como oficiais de justiça para capacitação, sujeitos que normalmente ficam invisíveis. A execução das medidas feita de maneira violenta gera muito mais demandas. Fórum intersetorial reúne as unidades. Inserção recente do Serviço Social levou os profissionais primeiro para as áreas fins, agora vão ganhando outros espaços, por isso ainda tem pouca visibilidade.

3.6 Sessão Temática III:

1º Trabalho: Assessoramento técnico no Ministério Público: experiência de São Paulo.
Autora: PALHARES, Amanda Moretti

Assessoria do Serviço Social no Ministério Público de São Paulo: é uma atribuição privativa em matéria de serviço social e também uma competência profissional em termos de políticas públicas. O NAT núcleo de assessoria técnica psicossocial tem assistentes sociais e psicólogos prestando suporte técnico no funcionamento das políticas públicas na área da infância, da educação e do meio ambiente, tem profissionais na capital e nas regionais. A maior parte das demandas é na infância com atuação nos serviços de acolhimento institucional. Na área de

direitos humanos as demandas ficaram na questão das Instituições de Longa Permanência para Idosos. Há limites na relação de assessoria principalmente na relação da hierarquia na instituição e a sensação de fragmentação do trabalho, porque o profissional faz o relatório e não recebe retorno do promotor.

2º Trabalho: Demandas de adolescentes no sistema de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul: um estudo de assessoramento técnico em Serviço Social no MP/RS. Autora: REY, Beatriz Fortes

Começaram falando da importância do encontro, das publicações, sugere a publicação de um livro; fez diagnóstico de 13 unidades de acolhimento, analisou as cidades e fez as médias de encaminhamento para as unidades. No relatório geral elegeram aspectos para avaliar a capacidade atual das unidades e a adequação da estrutura aos limites estabelecidos pelo SINASE, evolução da demanda, níveis e superlotação. Entendia que esses dados podiam ser úteis não apenas no Ministério Público mas para outras instituições do sistema sociojurídico e para as próprias instituições. Apresentou dados como o número de unidades, número de vagas e superlotação onde foram encontradas 11 unidades superlotadas; déficit de 402 vagas. De 497 municípios apenas 185 demandaram adolescentes para o sistema socioeducativo. Demonstrou a importância de no assessoramento analisar dados estatísticos, comprovou a superlotação e a necessidade de investir em políticas públicas de prevenção.

Debatedora: Renata Nunes Portela - O que significa assessoria? É um trabalho executado em diversos espaços, ressalta a importância do encontro nacional. É atribuição prevista na lei da profissão e também competência, o assessor é a pessoa que tem um conhecimento específico, o assessor não decide. É um perfil de um profissional estudioso, curioso, capaz de apresentar proposições e conhecer a realidade para desvendar os nexos e contradições do que se investiga. A assessoria não é neutra, ela tem a ver com o projeto societário, com o projeto profissional. Quando escolhe o objeto faz uma escolha política, há uma intencionalidade. A gente pode atender as requisições do promotor, da instituição, ou ela segue outra direção, a que o projeto político de trabalho está sendo vinculado. A assessoria pode vir no sentido da organização política dos usuários, daí a importância do planejamento da análise de conjuntura. Não tem muito material específico sobre assessoria. O que compete ao assistente social no espaço de assessoramento. Competência é saber fazer bem. É preciso articular a dimensão técnica com a ética e a política. O que fazer com o que eu sei e de que forma essas informações vão contribuir para a garantia dos direitos. Há ainda a dimensão da responsabilidade, cada ação do assistente social dentro de cada espaço pode garantir o acesso e um acesso de qualidade dos nossos usuários. Em que direção vai o assessoramento? ou qual a direção ética e política desse assessoramento?

Debate aberto para perguntas: como o olhar do MP está fragmentado na relação com as pessoas, olhando segmentos, conforme as promotorias e suas áreas de atuação; o serviço social pode contribuir para essa unificação esse é um desafio; MPRS vem apresentar suas experiências e as dificuldades de perseguir a integralidade da visão do MP para as questões sociais; o Paraná está discutindo como eles podem propor as assessorias e não apenas o promotor propor para o Serviço Social;

3.7 MESA REDONDA: Novas regulamentações no Sistema de Justiça e o exercício profissional dos Assistentes Sociais no Ministério Público.

Participantes:

Clarice Metzner - Assistente Social do Ministério Público do Paraná

Cíntia Aparecida da Silva - Assistente Social do Ministério Público de São Paulo

Marcia Nogueira – Assistente Social do Ministério Público do Rio de Janeiro

Marcia Nogueira (RJ): trouxe um panorama histórico das legislações desde a Constituição Federal, passando pela recomendação Nº33 do CNMP, pela Política Nacional de Assistência

Social e falou sobre a importância do assessoramento no MP como atuação do Serviço Social. Questionou como o Ministério Público vê o profissional de Serviço Social, na Recomendação Nº 67 e na Nº 71 os assistentes sociais são citados de forma muito parca, mencionando o profissional como alguém que tem a função de “acompanhar o promotor” e não com o papel de assessoramento no trabalho que desenvolvemos. Na Nº 71 conseguiu-se incluir pelo menos o assistente social com atuação de assessorar. Essas resoluções colocam o foco da atuação profissional na área da criança e do adolescente, não contemplam a atuação em outras áreas tão relevantes. Márcia destacou a importância do trabalho do assistente social afirmando que é necessário avançar continuamente, pois, os serviços, os trabalhos que temos desenvolvidos não tem sido considerados nas resoluções. Para ela, a Recomendação Nº 33, assim como a resolução Nº 67 e Nº 71, desde 2011, tem caminhado numa direção de terceirização, trabalho subalternizado, contratação de estagiários para compor o corpo técnico. Na Recomendação Nº 33 os assistentes sociais aparecem para atender casos críticos, não aparecem em gestão ou planejamento. Essa recomendação coloca os assistentes sociais num lugar mais distanciado ainda do que vinham colocando as resoluções Nº 67 e Nº 71. Essas perspectivas de assessoramento que estão em disputa, no entanto, são legítimas e o que precisamos fazer é saber qual a direção política dessa atuação. “É momento de vigília crítica” (Iamamoto).

Cintia Aparecida Da Silva (SP): Cíntia afirmou que a escuta especial é usada como escuta sem dano. Mas, a verdade é que os adolescentes são levados a exposição extrema. Em todos os casos dentro dos processos, além da demora da apuração, da violência do ambiente por si só traz consigo um dano irreparável. O MP através do assistente social tem buscado fazer escuta antes do processo. Em SP foi publicada uma nota técnica, que se posiciona a respeito da escuta sem dano. Não há um direcionamento claro dos Promotores de Justiça sobre essa temática. Cíntia questiona: qual é o posicionamento dos assistentes sociais do MP sobre essa temática? Ela diz que a escuta sem dano, é uma ferramenta, danosa e pobre, sendo que o estudo social, a análise, e outros instrumentos são muito mais eficazes. Para Cíntia se os assistentes sociais do MP não se posicionarem e tiverem clareza sobre como lidar com essa temática e como se organizar diante dela, ela vai acontecer de forma impositiva com foi com as Resoluções Nº 67, Nº71 e a recomendação Nº 33.

Clarice Metzner (PR): Falou de identidade atribuída, sobre os constrangimentos que estão postos pela identidade atribuída na atuação profissional. Ela fala sobre as regulamentações a respeito das curatelas. O questionamento das assistentes sociais do MP no PR é se esse controle da vida privada é necessário. Na letra da lei não tem permissão para que seja feita essa fiscalização dentro da casa da pessoa para saber se ela está sendo ou não bem tratada, pois as assistentes sociais entendem que essas pessoas precisam ser protegidas sim, mas, se ela precisa ser protegida a esse ponto, então deveria ser por uma política pública. Ela falou sobre a atuação dos assistentes sociais do MP, historicamente sobre a identidade atribuída, na direção da criança e do adolescente, referendada tanto no CNMP como nos MP's e questiona: porque nós como assistentes sociais do MP devemos proceder apenas nessa direção? ou devemos avançar em outras áreas? Não seria o momento de buscar estratégias de avançar dentro do CNMP para que sejamos reconhecidas em nossas tantas outras atribuições assumidas ao longo dos anos? Onde se pode avançar, resoluções onde se tem possibilidades de atuação do assistentes sociais ex: recomendação Nº 44, 2016 – gastos mínimos em educação, art. 3º,4º. Questão da Busca Ativa – atuação nos Conselhos; Recomendação Nº 26 de 2015; Recomendação Nº 40 de 2016 - igualdade étnico-racial. Carta de Brasília – o MP fala de dois modelos de MP; Queremos participar desse debate?

DEBATE ABERTO AO PÚBLICO: Silvia, (RS) faz uma reflexão sobre as falas da mesa. Relata como tem acontecido no MP/RS sobre cada uma das abordagens. Sugere a elaboração de um documento para o CFESS sobre a postura das assistentes sociais dos MP's. Denise, (PR) faz proposições: sugere, que as assistentes sociais se organizem efetivamente... ela sugere que se constitua grupos de trabalho. Lembrou que os promotores têm se manifestado contra as PEC's, contra o desmonte público e perda de direitos.... e isso é muito positivo. Nós assistentes sociais também precisamos nos organizar e fazer uma nota pública repudiando essas decisões e

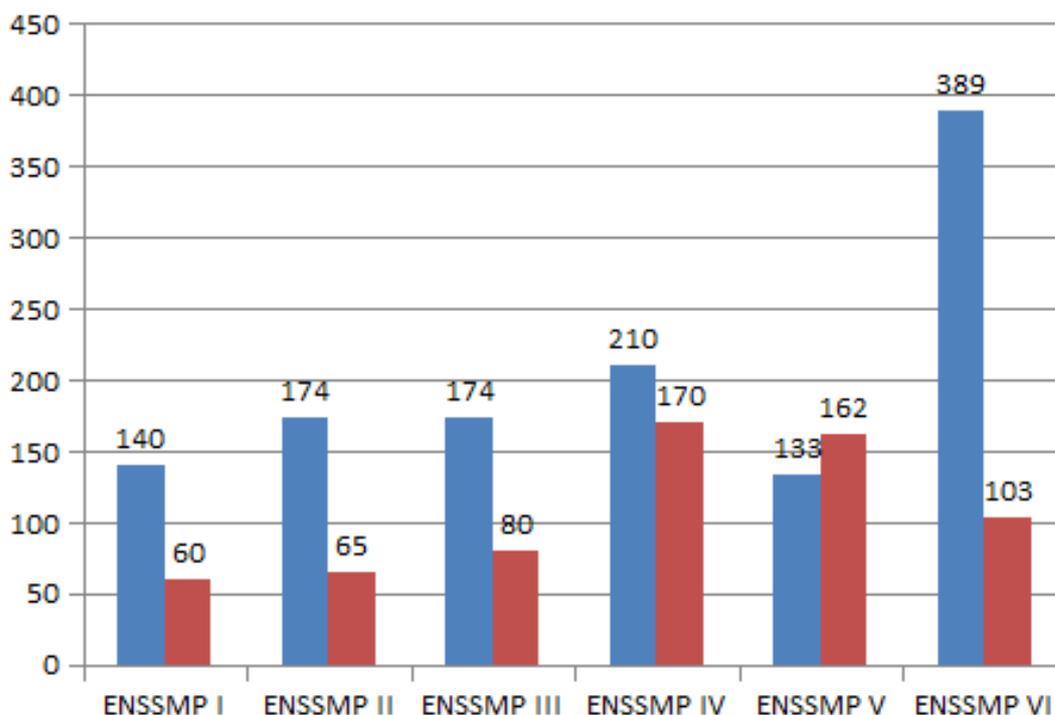
encaminhar aos Senadores que é quem votam....Sugere também, que o argumento de justificativa para estender para além de crianças e adolescentes não são isolados do contexto familiar. Adriele, (PR) destacou que a Resolução do CFESS que proibia a escuta sem dano está suspensa e não sabem como será feito a resistência a respeito dessa temática junto aos Promotores que dizem que as assistentes sociais precisam atuar em apoio ao judiciário.Fechamento das falas na MESA: a questão das normativas é um importante eixo de sustentação da nossa profissão. Discutir hoje a perspectiva de assessoramento da atuação do assistente social no âmbito dos direitos difusos e coletivos é essencial. Precisamos nos capacitar para isso, para incidir e atuar nesse âmbito do MP resolutivo. Precisamos saber sobre planejamento, fundo público, precisamos nos preparar. Não se pode ignorar nosso distanciamento das questões “MACRO” do nosso país. Que conhecimento temos sobre o impacto das decisões tomadas nesse governo atual? Projetos em DISPUTA! É necessário observar e se apropriar dessas discussões. Avançar no campo das competências pois só no campo das atribuições privativas não será suficiente.

3.8 MESA REDONDA: 10 ANOS DE ENSSMP: Trajetórias Construídas e Perspectivas.

Participantes: Gizelly Rodrigues: Apresentação de dados levantados nos anais dos cinco encontros nacionais colocando em perspectiva a trajetória profissional que o Serviço Social vem construindo no Ministério Público. **Daniele Beatriz Manfrini:** Apresentação da sistematização dos trabalhos em grupos realizados durante o evento e dados do levantamento nacional. **Benimari Moreira:** Encaminhamentos, avaliação e definição do local e tema do próximo evento.

GIZELLY RODRIGUES - 10 Anos de ENSSMP: Trajetórias Construídas e Perspectivas. Apresentação de dados levantados nos anais dos cinco encontros nacionais colocando em perspectiva a trajetória profissional que o Serviço Social vem construindo no Ministério Público.

Para colocar em perspectiva a trajetória construída nestes dez anos de Serviço Social no Ministério, iniciamos nossas análises tomando como ponto de partida os seguintes indicadores: número de profissionais identificados (coluna azul), número de participantes nos encontros (coluna vermelha).



O gráfico demonstra que o Serviço Social está crescendo em número de profissionais, de 2006 há 2016, tivemos um acréscimo de 249 assistentes sociais em todo o Brasil. No que se refere ao encontro nacional, com exceção desta edição que acontece em um contexto de profunda crise econômica e política, a maioria das edições alcançou praticamente a metade dos

profissionais em atuação (ou identificados) em cada um dos momentos históricos em que eles ocorreram. No que se refere ao número de artigos que vem sendo produzidos para os eventos, o evento que teve o maior número de artigos escritos foi o segundo com 31 produções. Praticamente a metade de todos os artigos produzidos nos encontros ou 42,01%, foram produzidos pelos profissionais do Sul do Brasil.

ENCONTRO	SUL	NORTE	CENTRO OESTE	NORDESTE	SUDESTE	TOTAL
I	11	2	2	2	1	18
II	13	2	8	3	5	31
III	4	1	1	1	3	10
IV	6	1	0	1	3	11
V	9	0	3	9	8	29
VI	7	0	3	3	7	20
TOTAL	50	06	17	19	27	119

Como se pode ver temos aí uma vasta e rica produção. Mas é preciso pensar essa trajetória mais afundo e isso pode ser feito a partir das próprias temáticas dos encontros. Lembrando que o tema do primeiro encontro foi proposto pela comissão organizadora, o tema dos demais foram definidos em plenária pelos participantes de cada encontro. I Encontro - 2006/Rio Grande do Sul/Tema: "A inserção dos profissionais do Serviço Social dos diferentes estados, em suas diversas áreas de atuação". O tema proposto pelas colegas do Rio Grande do Sul refletiu exatamente o momento que os profissionais vivenciavam em todos os Estados, ou seja, de inserção na Instituição e nas áreas em que estavam atuando. Os artigos produzidos para esse encontro que foram em número de 18 são marcados pela preocupação de registrar aspectos históricos como o ano que ocorreram os primeiros concursos, onde estavam lotadas, o que estavam fazendo e principalmente em como diferenciar o que seria a demanda ou a especificidade do Serviço Social do Ministério Público, ou seja, o espaço que deveria ser ocupado pelo Serviço Social na relação com profissionais de outras instituições como o Poder Judiciário, por exemplo. É interessante observar aqui que na maioria dos estados a entrada de profissionais concursados foi precedida pela atuação de profissionais cedidos, e não se tem registros sobre o que eles faziam, como atuavam, como chegaram na instituição e na verdade é aí que está a origem da profissão na instituição, ainda que fossem poucos profissionais. Pelo pouco que se pode apurar, os primeiros profissionais eram cedidos do poder executivo e analisando as atribuições delineadas pelas instituições nos primeiros concursos encontra-se uma matriz comum. Os artigos do primeiro encontro, bem como os do segundo e do terceiro, trazem um número muito grande de tencionamentos que apontam para a necessidade de discutir as atribuições institucionais, de rever, de construir algo que tivesse uma identidade. Uma tensão entre atribuições e competências, entre a direção social que a profissão deseja imprimir e as demandas institucionais, só que mais forte do que nos outros encontros, porque depois os profissionais começam a ter uma incidência mais política e conseguem alterar as atribuições. Há um registro bastante presente também do lugar que o MP passou a ocupar na sociedade a partir de 1988, como o momento em que a profissão se torna necessária na instituição. II Encontro - 2008/Brasília/Tema: "A instrumentalidade do Serviço Social no Ministério Público". O tema remete ao uso de instrumentos profissionais, como a visita domiciliar e a entrevista, por exemplo, mas os artigos não seguem muito nessa direção. Ainda há bastante registro de ano de inserção (onde, como). Já se vê com um pouco mais de clareza o que é "nosso", o que não é, já se registra discussões rumo a modificação das atribuições. Observa-se que os profissionais relatam uma prática que vai para muito além das demandas institucionais, muitas competências se evidenciam. Uma tensão muito evidente nesse encontro é a dicotomia entre as leis e a realidade, entre o que está positivado e o que está materializado. Registros de procuras equivocadas por parte da população e da rede. Registra-se que embora o Serviço Social não tivesse capilaridade na instituição já tinha nas diversas áreas de atuação. Já havia a percepção de um excesso de trabalho, fomentando juntamente com os outros fatores, a necessidade de mudança na forma de

atuação. Destaca-se bastante a questão dos limites institucionais, a necessidade e o desejo de exercer a potencialidade da profissão. Discutir a identidade da profissão, passa por discutir a identidade do Ministério Público e os artigos também levantam esse questionamento, qual lugar ele ocupa na rede? na sociedade? no campo jurídico? Analisando os artigos dos dois primeiros encontros nacionais verifica-se que a profissão possuía desde o primeiro momento uma apropriação da missão constitucional da Instituição e da proximidade desta com o código de ética profissional, em contraponto a uma percepção ainda limitada, por assim dizer, da Instituição no que se refere às possibilidades do Serviço Social ou até mesmo das suas próprias possibilidades de atuação. Os encontros nacionais, vão mostrar-se como fundamentais pois impulsionam as discussões em cada estado a respeito da prática profissional e do lugar que o Serviço Social ocupa na Instituição. Iniciativas como encontros estaduais, grupos de estudo, seminários que possibilitaram a aproximação e a troca de experiências emergem ou simplesmente se fortalecem a partir do primeiro encontro nacional promovendo uma discussão a respeito das atribuições. III Encontro - 2010/Minas Gerais/Tema: "O processo de trabalho do Serviço Social no Ministério Público, atribuições, condições de trabalho e desafios". Já apresenta a transformação das competências, desenvolvidas até então em atribuições, ou seja, o Serviço Social já começava a ter incidência tal que possibilitaria a modificação das atribuições em muitos estados. Em alguns, a direção para o trabalho com os direitos difusos e coletivos já estava consolidada ou se consolidando no campo das atribuições sendo legitimadas pela instituição. O encontro III e o IV tiveram um número bem mais reduzido de produções teóricas e não dão tanta visibilidade aos tensionamentos, os trabalhos apresentados também não tiveram uma identidade com os temas. IV Encontro - 2012/Rio de Janeiro/Tema: "Diretrizes para o trabalho profissional do Serviço Social no Ministério Público". A escolha desse tema demonstra o amadurecimento das discussões ultrapassando os elementos relacionados a inserção que marcaram os três primeiros encontros (o que fazer? como fazer? em que condições?, respectivamente). O tema indica que os profissionais anseiam pela construção de uma ação profissional com bases comuns, ainda que essa ação possua muitas nuances, variando em muito aspectos como por exemplo, especificidades de cada Estado, ou ainda no que se refere a lotação (promotória, centro de apoio, núcleos, divisões) e área de atuação (infância, cidadania, educação). Aqui São Paulo já tinha modificado as atribuições, Rio Grande do Sul e Paraná também e esse processo é contado com detalhes, contribuindo muito mostrando caminhos para aqueles que ainda não haviam conseguido, como Santa Catarina. V Encontro - 2014/Bahia/Tema: "Planejar em que direção?", a reflexão então se aproxima da busca por algo que vai além das diretrizes perseguidas no encontro anterior, vai em busca de um direcionamento da ação profissional mas calcada em planejamento. No quinto encontro as tensões voltam a aparecer, não sei exatamente que contexto é esse, o número de trabalhos é bem maior. Pessoas com necessidades especiais, idosos, mulheres vítimas de violência, adolescentes em conflito com a lei e acolhidos, seguem como usuários do Serviço Social, mas percebe-se que o trabalho se amplia, ganha magnitude, o número de profissionais já havia crescido bastante e com ele as frentes de atuação na instituição. O Serviço Social demonstra estar mais consolidado, uma identidade ainda que em construção já aparece delineada e reconhecida pela instituição. O trabalho em rede também ganha mais visibilidade, com conselhos de direito. Muitos artigos abordam e discutem a questão da política pública. Questões como o direcionamento da ação profissional se mantém, voltam a aparecer as tensões relacionadas ao desconhecimento sobre as potencialidades da profissão e as possibilidades institucionais, sobre as relações com a rede. A questão da judicialização também ganha um contorno mais saliente. Apesar da ampliação no número de profissionais, prossegue a tensão sobre o número insuficiente deles frente a demanda. VI Encontro Nacional - 2016/Florianópolis/Tema: "A atuação do Serviço Social do Ministério Público no assessoramento técnico na perspectiva dos direitos difusos e coletivos visando a defesa e garantia dos Direitos Humanos". O tema do VI Encontro demonstra que uma direção está se consolidando e pode ser perseguida, qual seja a da atuação na perspectiva dos Direitos Difusos e Coletivos; também indica que uma diretriz de atuação tem encontrado mais aceitação por parte da categoria, a do assessoramento técnico. Os artigos que foram escritos descreveram muitas e importantes iniciativas de assessoramento por parte do Serviço Social. Alguns artigos fizeram um balanço desses dez anos de história e acho que em todos os momentos que vivemos aqui foi ressaltada a importância do encontro nacional como espaço de reflexão da categoria. O que fez falta? Discussões mais aprofundadas sobre o direcionamento da assessoria; sobre o lugar que o usuário

está ocupando na nossa prática, o demandante é o promotor, como tornar ou possibilitar que o usuário também seja demandante da atuação? como vamos tornar o Serviço Social protagonista da sua ação; aspectos éticos precisam ser discutidos, a relação com o promotor de justiça, com a rede, fiscal, parceiro, a solicitação de estudos para essa rede tão carente de profissionais quanto o Ministério Público; a necessidade de ampliação dos quadros para reduzir a sobrecarga de trabalho presente desde o início e que mesmo com todo avanço não foi superada, e vamos fazer isso visando qual horizonte?

DANIELE BEATRIZ MANFRINI: apresentou o resultado do levantamento nacional cujos dados constam na Sessão 5 deste Relatório; Posteriormente, apresentou a sistematização das sessões temáticas realizadas no VI Encontro as quais estão colocadas na Sessão 4 do presente relatório.

BENIMARI MOREIRA - conduziu os seguintes encaminhamentos:

- Aprovada uma comissão para elaborar um documento para o CFESS, a respeito das resoluções, recomendações que foram discutidas no evento;

Responsável: Cintia, Silvia, Clarice, Marcia, Ani.

Prazo: Março de 2017.

- Aprovada a elaboração de um texto para enviar ao CNMP a respeito das resoluções, junto a Fernanda do Direitos Humanos;

Responsável: Denise (PR)

Prazo: Março de 2017

- Leitura e aprovação de **Moção de Repúdio à PEC55**

Será encaminhado para CFESS, CRESS e individualmente para os senadores

Responsáveis: assistentes sociais de SC e PR

Prazo: 14 a 19 de novembro de 2017

“Os assistentes sociais dos Ministérios Públicos brasileiro, reunidos no VI Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público, realizado em Florianópolis/SC, entre os dias 09 e 11 de novembro de 2016, manifestam-se contrários ao processo de aprofundamento do desmonte das políticas públicas e direitos sociais em andamento no país. Tal processo se expressa essencialmente na previsão de congelamento orçamentário para as políticas públicas, materializado na Proposta de Emenda Constitucional nº 55 (ex PEC 241), em tramitação no Senado Federal. A preocupação demonstrada tem fundamento no compromisso do Serviço Social com um projeto ético-político que defende o acesso universal aos direitos fundamentais, que converge com a missão do Ministério Público de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127 da CF 1988). Neste sentido, entendemos que os direitos sociais construídos no Brasil e assegurados na CF 1988, através de intensas reivindicações e lutas dos trabalhadores, movimentos sociais e demais segmentos organizados da população, estão sob grave ameaça de desmantelamento. A despeito de reconhecer a necessidade de se fazer revisões sistemáticas da gestão pública no campo orçamentário e programático, observamos que está sendo feita uma opção política ao priorizar o pagamento da dívida pública, destinando 42% da riqueza produzida no país ao pagamento de juros e amortizações da mesma, em detrimento de investimentos nas políticas públicas, como saúde, educação, assistência social, entre outras. Diante do exposto, apoiamos as ações de resistência a esse processo e reafirmamos a necessidade da ampliação e manutenção dos direitos sociais já conquistados, a consolidação das políticas públicas e dos serviços essenciais à população, a garantia orçamentária e o cofinanciamento dos entes federados para sua execução. Florianópolis, 11 de novembro de 2016”.

- Aprovada a elaboração de documento para CEAF'S que estimule a importância de que na Formação dos novos promotores seja inserida a temática: Atuação nas Políticas Públicas.

Responsável: Ângela (SC)

- Decisão a respeito da próxima sede do ENSSMP:

ESTADO RESPONSÁVEL: inicialmente São Paulo (SP) que negociará com a procuradoria-geral e

encaminhará uma resposta até março de 2017. Segunda opção ficou o Estado de Cuiabá (MT).
TEMA: Direção social do Serviço Social no MP: Desafios e estratégias para garantia de Direitos humanos, em tempos de retrocessos
SUBTEMAS: FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA E DA ESFERA PUBLICA: atuação junto aos movimentos sociais e espaços de controle social; Desafios da expansão e interiorização do Serviço Social no MP.

- Por fim foi feita a sugestão de que no próximo encontro seja mantida a metodologia utilizada no 6 ENSSMP.

RODA DE CONVERSA: A Interdisciplinaridade no Ministério Público (constam aqui as sínteses encaminhadas pelos autores)

Participantes:

Julia Wendhausen Cavallazzi - Promotora de Justiça - MP/SC

Daphne de Castro Fayad - Psicóloga do MP/SC

Gisela de Amorim Costa - Pedagoga do MP/SC

Ana Soraia Haddad Biasi - Assistente Social do MP/SC

Daphne de Castro Fayad - Psicóloga do MP/SC

O saber psicológico é, em si, o resultado de uma convergência de saberes. Apesar da necessidade de uma visão holística do ser que justifica a interdisciplinaridade (teórica e prática), é preciso rigor e cuidado para que a disciplina não seja abandonada. O trabalho psicológico no MPSC, especialmente na área da Infância e Juventude, dialoga com outras áreas para a construção de estratégias e ações que solucionem os problemas. Um saber solitário não soluciona problemas, e o saber centralizado em um só setor ou profissional também tem pouco poder de transformação. São numerosos os exemplos de situações que levantam dificuldades relativas ao sigilo e à ética; a demandas e expectativas advindas de outras áreas; o respeito às técnicas e ao trabalho do outro. Na prática, verifica-se a possibilidade de viver essas tensões permanentes e inerentes ao trabalho disciplinar como um campo de crescimento e enriquecimento das equipes.

Gisela de Amorim Costa - Pedagoga do MP/SC

Abordou inicialmente o histórico do movimento interdisciplinar na Europa e no Brasil na década de 60, considerando brevemente as reivindicações de professores e alunos em busca de um novo modelo de universidade e escola, a partir da crítica do conhecimento fragmentado e dissociado do cotidiano, e da procura por uma nova forma de conceber o ensino e a pesquisa. Posteriormente, pretende-se estimular a reflexão sobre o conceito de interdisciplinaridade e a preocupação de não ter um conceito único, visto que isso implicaria num abandono da postura interdisciplinar. Por fim, serão feitas considerações sobre as dificuldades encontradas em se desenvolver um trabalho interdisciplinar nas Instituições ponderando sobre a relação entre o trabalho de equipe e a interdisciplinaridade, bem como da postura necessária para uma real interdisciplinaridade na instituição, de modo que o profissional não permaneça detrás do muro de sua área profissional e venha a interagir de forma a repensar sua prática, transformando-a para crescimento próprio e da instituição.

Ana Soraia Haddad Biasi - Assistente Social do MP/SC - Por que a discussão sobre interdisciplinaridade se mostra necessária para o Serviço Social do Ministério Público?

Segundo o pensamento de Morim (2002), escola tradicional contemporânea tem

reproduzido, em seu cotidiano, a prática do pensamento fragmentado e, portanto, necessita ser repensada para ser reformada. O autor acredita que educação deve estar voltada para a utilização de meios que proporcionem a formação e o desenvolvimento do ser humano sem perder de vista o pensamento ecologizante, isto é, o ser humano como um ser multidimensional na sua correlação com o meio ambiente. A crítica a esta fragmentação (produzida pela racionalidade cientificista, predominante na maneira de pensar e organizar o mundo) existe há muito tempo e as evidências de esgotamento desse paradigma têm sido cada vez maiores, sobretudo porque o conhecimento especializado, bem como a ação disciplinar, por si só, não atendem a totalidade das situações que envolvem o ser humano na sua multidimensionalidade. As profissões que se pretendem totais são ilusórias, reduzem os problemas a compreensões lineares e causalistas. Este modelo resultou no desenvolvimento de práticas profissionais especialistas, centradas no estudo das partes e que se definem por atuar na origem dos problemas. Há necessidade de transcender esta formação e produzir novas racionalidades que possibilitem aos sujeitos pensar a sociedade como um todo. Implica em respeitar o saber produzido por outras disciplinas, recusando qualquer hierarquia, *a priori*, entre elas, relativo ao poder explicativo dos fatos sobre os quais trabalham. Exige, sobretudo o reconhecimento de si no processo enquanto área do saber e o reconhecimento do saber do outro, numa relação de reciprocidade, horizontalidade e co-responsabilidade. Implica, sobretudo, no desejo de aprender com outros! O desafio fundamental ao se adotar um enfoque interdisciplinar consiste em tentar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade, de complexidade e de hibridização do mundo real: 1) **a totalidade** é mais do que a soma das partes, isto significa dizer que existe uma diferença entre a atuação isolada de vários profissionais numa situação, e a atuação de maneira articulada, dialogada e centrada numa unidade. Os elementos individuais assumem características que não teriam, caso permanecessem fora do conjunto; 2) **a complexidade** implica em substituir um modelo que isola e separa por outro DISTINGUE e UNE, no sentido originário do termo *COMPLEXUS*. O que é tecido junto. (Morin, 2002, p.89); 3) **a hibridização** é o resultado desta sinergia, trata-se de um novo *ethos* que nasce a partir da coexistência e do entrelaçamento entre as disciplinas. A prática interdisciplinar não se decreta! Ela não se estabelece espontaneamente pela mera aproximação de disciplinas diferentes e, tampouco é uma questão de abater as fronteiras disciplinares. Ela se constrói metodicamente através do diálogo e da colaboração entre as disciplinas na busca por conceitos que possibilitem identificar e apreender objetos híbridos. Nasce de um lugar social que considera a realidade tal como se apresenta como um palco de experiências comuns. Portanto, não há receitas prontas para conduzir a interdisciplinaridade. É um caminho que cada um tem que percorrer e descobrir pessoalmente. O mais importante é à vontade e o desejo iniciais de se abrir para outras perspectivas, outros questionamentos. Trata-se sobretudo de uma postura frente a vida!

MESA DE ENCERRAMENTO: O profissional e suas relações institucionais na perspectiva do cuidado.

Participante: Fernanda Spanier Amador

Abordou-se a especificidade da experiência do trabalho enquanto dimensão histórica e enquanto atividade explorando um certo modo de pensar a saúde do trabalhador: um modo que a posiciona no curso do próprio trabalho, de um certo modo de trabalho, esse feito coletivamente. A ideia é que cuidando do ofício, cuidamos da saúde dos trabalhadores. E mais: que investir na Saúde dos Trabalhadores desde a perspectiva de cuidar do trabalho/ofício possibilita-nos fazê-lo ultrapassando perspectivas individualizantes e até mesmo higienistas, que não raras vezes, atribuem aos trabalhadores, esses considerados individualmente, as razões pelo seu sofrimento e adoecimento no trabalho, mediante a criação de serviços especializados cujos *experts*, a serviço da recuperação do sistema produtivo, atuam como verdadeiras Máquinas de Curar, conforme indica Georges Canguilhem. A ideia desenvolvida sustentou-se no argumento de que cuidar do trabalho, investindo nele enquanto ofício, afirma modos de existência coletiva, modos de "ocupação" do espaço público, dimensão essa igualmente relevante quando se trata de pensar o trabalho de agentes do setor público que atuam diretamente com a esfera das políticas públicas. Em que implica cuidar do ofício? Ofício se refere a palavra francesa que, por sua vez, se liga ao termo *métis* que na mitologia grega é a deusa da saúde, proteção, prudência e virtudes. Ela foi a

primeira esposa de Zeus a quem forneceu a bebida que fez Cronos regurgitar todos os filhos que havia anteriormente engolido. Foi pela inteligência astuciosa de Métis que Zeus pode conquistar o poder. O ofício, então, é o trabalho feito astuciosamente, criadoramente, é a possibilidade de que pelo trabalho, nos experimentamos em nossa potência de criar mundos. A saúde dos trabalhadores, então, fica comprometida quando temos impedimentos a viver o trabalho enquanto ofício e para assim vivê-lo, há que se poder encontrar, no e pelo trabalho, possibilidade de uma mobilidade entre 4 instâncias: impessoal, pessoal, interpessoal e transpessoal. é nesse movimento, que só se efetiva implicando uma dimensão coletiva, que o trabalho se cultiva enquanto ofício. Cabe aqui salientar que coletivo assume um sentido peculiar: não se trata de pessoas reunidas em grupo para fazer o trabalho, já que os grupos podem não operar por movimentos coletivos. O coletivo aqui consiste em um modo de funcionamento que mantém as pessoas ligadas quanto mais diferença se produzir por e entre elas. O que as liga, nesse caso? É a partilha de um plano problemático comum, entendendo como problemático, aquilo que nos força a ver, a pensar e a agir diferentemente. A colocar questões ao nosso trabalho que permitam que ele se faça, sempre, de outros modos, possibilitando-nos não nos enrigecermos, institucionalizarmos em modos de trabalhar, modos que, muitas vezes, colocam-se não mais a serviço da criação e sim, da manutenção do poder. Apostar no trabalho como ofício é, de certo modo, atacá-lo, questionando-o, desnaturalizando-o, desivendializando-o, em um movimento com os outros com quem trabalhamos. Neste processo, implica operar, sobretudo, por uma lógica de reciprocidade mais do que de pertencimento, de um certo modo de agir no mundo com o outro que acolhe a insistente possibilidade de recriá-lo e de recriarmos a nós mesmos nesse processo. Eis aqui a resistência, como ato de criação que impede que nos apequenemos diante da vida. Considerando-se que o trabalho exercido pelos assistentes sociais no âmbito do MP é um trabalho marcado pelo acompanhamento do trabalho de outras pessoas, muitas vezes implicando observação, escuta, fiscalização, de modo a relatar situações e a propor alternativas no que se refere, especialmente, à viabilização de políticas públicas, coloca-se aí, um elemento de complexificação a mais: o operador de políticas públicas pelo MP, não raras vezes, se depara com uma série de constrangimentos que se materializam nas enormes distâncias, algumas vezes encontradas, entre o que prevêem os marcos legais e aquilo que os diferentes trabalhadores e trabalhadoras operadores de políticas públicas conseguem realizar. A propósito, é sabido de todos nós que os marcos legais não garantem, efetivamente, seu cumprimento e isso por muitos motivos diferentes: precariedade de condições materiais, econômicas e, sobretudo, por modos institucionalizados de os trabalhadores operadores de políticas públicas, pensarem, sentirem e agirem. Além disto, se seu trabalho implica, muitas vezes, em avaliar o trabalho dos outros, lidar com aquilo que podemos dizer é da "natureza" da experiência do trabalho, pode ajudá-los a trabalhar com o outro, a trabalhar em saúde e a assim fazê-lo em sintonia com a produção do público, esse aqui entendido como dimensão política de gerir a vida coletiva com o outro.

4. RESULTADO DOS TRABALHOS EM GRUPO

4.1 SESSÃO TEMÁTICA I - O Serviço Social e o Espaço Institucional

- A sessão temática possibilitou a reflexão sobre a construção histórica e coletiva do Serviço Social no Ministério Público enfatizando a importância dos espaços de debates nacional internos e regionalizadas da categoria;
- Face à atual conjuntura de desregulamentação dos direitos sociais e suas normativas: encontros regionais (Estados) como uma proposta a ser levantada e colocada em prática; os grupos de estudos como uma proposta a ser colocada; para os próximos encontros nacional e regionais: necessidade de uma mesa sobre análise de conjuntura e a criação de um regimento interno; apropriação da carta de Brasília; problemas e dificuldades são semelhantes entre os Estados; necessidade de articulação dos assistentes sociais com o

CNMP e a importância da reafirmação da construção coletiva, frente à conjuntura atual de retirada de direitos; aproximação e articulação com os órgãos de controle social, movimentos sociais, fortalecimentos das redes inter-políticas, fortalecimento dos espaços coletivos da categoria, internos e externos, vinculados ao conjunto CFESS/CRESS;

- A sessão temática trouxe contribuições importantes sobre a necessidade de se articular estratégias de organização política que possibilitem avanços no processo de construção de diretrizes nacionais para alteração do serviço social no MP;
- Trabalhar na perspectiva de construção de fluxos, georreferenciamento de serviços, equipamentos, proposição de diagnósticos;
- Os assistentes sociais do MP devem considerar como premissa o fortalecimento coletivo da categoria através da definição de atribuições no interior da instituição. Para tanto, faz-se necessário o embasamento teórico, o conhecimento de conjuntura e um posicionamento político que dê conta de traduzir as particularidades da prática interventiva;
- Fortalecer a interlocução/articulação com a rede socioassistencial;
- Elaborar projetos e sistematização que dê visibilidade ao trabalho do Assistente Social na instituição;
- Discutir nos encontros regionais o fortalecimento da interdisciplinaridade;
- Construção de uma identidade coletiva do Serviço Social no MP, evitando a polarização entre os núcleos, promotorias e grupos de atuação;
- Não esquecer a dimensão política e interventiva da profissão;
- Estruturar uma metodologia de deliberações que garanta a continuidade do processo e a sua historização; Garantir que tenha uma mesa ou Conferência Magna com tema definido no encontro;

4.2 SESSÃO TEMÁTICA II - Perspectivas de intervenção interdisciplinar

RECURSOS HUMANOS

- Necessidade de realizar um levantamento dos (as) Assistentes Sociais que atuam nessa área no Ministério Público em âmbito nacional; fomentar a ampliação de Assistentes Sociais no RH, entendendo como fundamental a qualificação específica; ampliar o olhar e atuação sobre os processos de trabalho;
- O trabalho do (a) Assistente Social em Gerência de Saúde e RH pode contribuir para a mudança de cultura dos trabalhadores do MP, no sentido de reconhecer a importância da sua saúde física e mental no espaço de trabalho, enquanto cidadão de direitos em busca de melhor qualidade de vida;
- Constatamos a necessidade do(a) Assistente Social que trabalha no âmbito de RH ou de saúde do trabalhador que avalie as condições de trabalho dos demais Assistentes Sociais, situações que geram estresse, ansiedade e outras doenças;
- Importância de Assistentes Sociais nesse âmbito (RH-saúde do trabalhador) para atendimento dos servidores dos MP's;

- Destaca-se a importância de uma política de valorização e desenvolvimento de RH no MP, a partir de um referencial crítico, com quadro técnico interdisciplinar exclusivo, contando com Assistente Social, sem prejuízo do assessoramento técnico voltado para a área-fim;

INTERDISCIPLINARIDADE

- Horizontalidade é um princípio fundante e sua construção coletiva deve levar em consideração os saberes específicos de cada profissão;
- Pensar a relação da rede na construção pela base x pela gestão, ressaltando o papel do MP como fomentador desse processo;
- Formação continuada e a criação de canais de diálogo entre os profissionais da rede, MP e Judiciário;
- Redes intersetoriais coordenadas e articuladas pelo poder público, o MP pode ser um importante indutor, no sentido de fortalecê-las;
- Importância de o trabalho em rede ser realizado de forma intersetorial, interdisciplinar e horizontal; Para tanto é fundamental o mapeamento da rede e análise de conjuntura;
- Na realização desse trabalho cada área de conhecimento deve ter clareza de sua identidade, mas ter em consenso uma direção ético-política comum;
- Através da sessão temática é notório a importância da prática interdisciplinar, intersetorial e intrainstitucional, objetivando nesse sentido, a defesa e a promoção do direito na perspectiva coletiva;
- Visando o processo de gestão compartilhada, a partir do grupo de discussão da base com o poder decisório.
- O Serviço Social precisa manter o trabalho voltado para o fomento e instrumentalização do MP, para atuação em rede intersetorial, numa perspectiva de horizontalidade.
- Reconhecimento do Promotor de Justiça como integrante do trabalho interdisciplinar. O planejamento do trabalho interdisciplinar com todos os profissionais envolvidos.
- Fomentação e articulação de rede seria mais facilmente implantado em algumas comarcas e municípios, se fizesse parte de um programa institucional (centros de apoio).

4.3 SESSÃO TEMÁTICA III - O Serviço Social no Assessoramento técnico

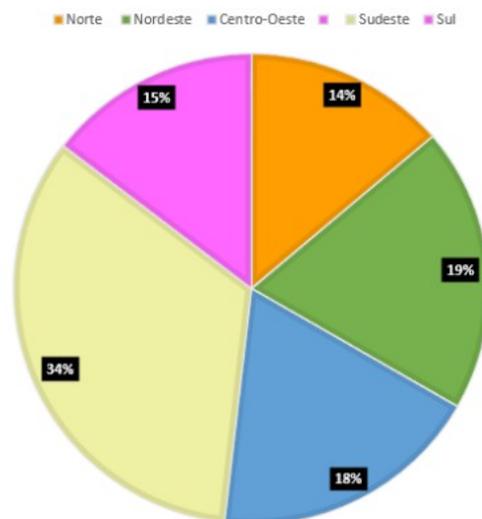
- Levantamos que ainda existe a necessidade de buscar a atuação do Serviço Social do MP no âmbito coletivo em detrimento do individual e construir estratégias para alcançar esta atuação, junto aos promotores e centros de apoio;
- O assessoramento técnico deve perpassar por dimensões ética, teóricas, políticas, investigativas, interventivas e metodológicas. Precisamos promover a integração entre as diversas áreas de atuação, evitando a fragmentação de políticas públicas e do ser humano. A direção do assessoramento técnico deve ser a de defesa dos direitos humanos;
- Ampliar e fortalecer o trabalho na perspectiva do assessoramento técnico, diferenciando o

fazer profissional no MP de outros espaços sócio-ocupacionais e demarcando o posicionamento do projeto ético-político do Serviço Social em direção a um projeto societário emancipatório;

- Reafirmar a assessoria do Serviço Social nos direitos difusos e coletivos e na defesa e garantia dos direitos humanos. No contexto de desmonte das políticas públicas e de suas respectivas regulamentações, o Serviço Social deve revisitar seu arcabouço teórico e do conjunto das ciências sociais, bem como se valer das normativas internacionais para fundamentar seus estudos na perspectiva de nenhum direito a menos;
- Retomar as iniciativas de aproximação com o CNMP para sensibilização quanto à incorporação da perspectiva de assessoramento técnico nas normativas aprovadas pelo órgão;
- Diante da atual conjuntura é necessário a reafirmação da assessoria técnica na perspectiva de defesa e garantia dos direitos humanos buscando criar estratégias de enfrentamento ao desmonte das políticas públicas.
- Importância de se trabalhar com o assessoramento técnico de forma propositiva e não exclusivamente demandista, fortalecendo a atuação da instituição na esfera extrajudicial;
- No processo de assessoramento no espaço institucional do Ministério Público, o(a) Assistente Social é chamado(a) a intervir através de seu conhecimento específico, em consonância com o projeto ético-político profissional, buscando intervir na realidade posta de forma propositiva, responsável e inovadora;

5. DADOS DO LEVANTAMENTO NACIONAL:

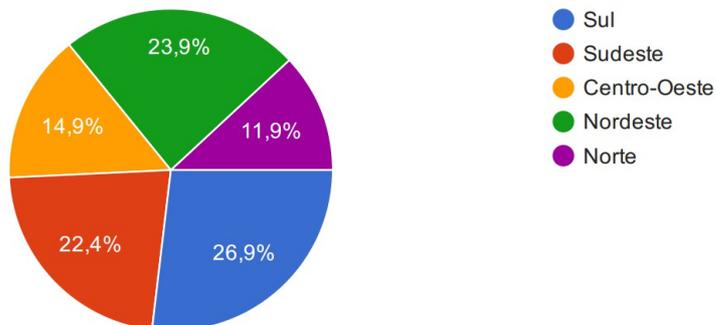
QUANTIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS POR REGIÃO



Norte 14%		Nordeste 19%		Centro-Oeste 18%		Sudeste 34%		Sul 15%	
Acre	14	Alagoas	2	Distrito Federal	31	Espírito Santo	12	Paraná	34
Amapá	11	Bahia	16	Goiás	10	Minas Gerais	20	Rio Grande do Sul	9
Amazonas	1	Ceara	5	Mato Grosso	18	Rio de Janeiro	53	Santa Catarina	13
Pará	17	Maranhão	6	Mato Grosso do Sul	12	São Paulo	44	Total	56
Rondônia	5	Paraíba	10	Total	71	Total	129	Total geral	384
Roraima	1	Pernambuco	14						
Tocantins	4	Piauí	2						
Total	53	Rio Grande do Norte	18						
		Sergipe	2						
		Total	75						

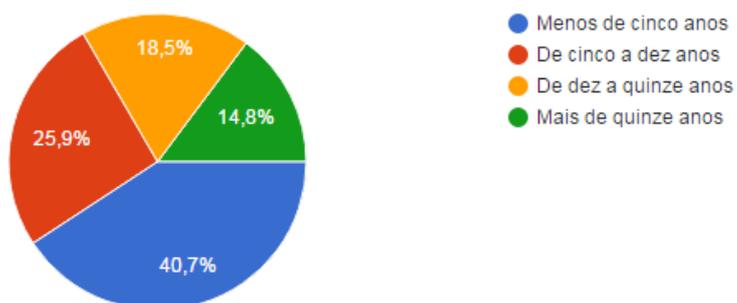
1. Em qual região do Brasil se situa o Ministério Público que você atua?

(134 respostas)

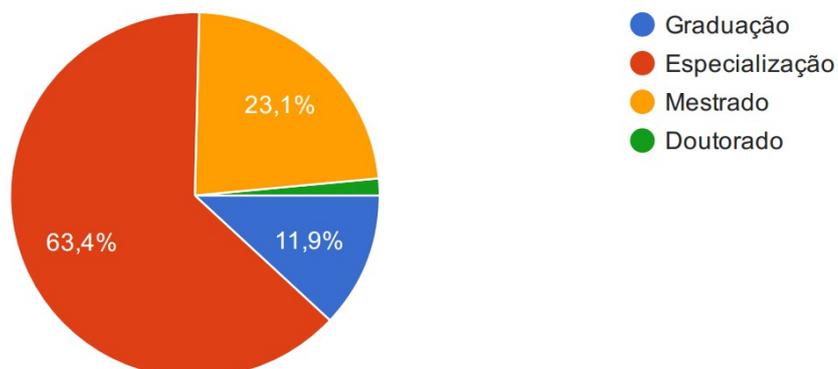


2. Há quanto tempo você atua profissionalmente no Ministério Público?

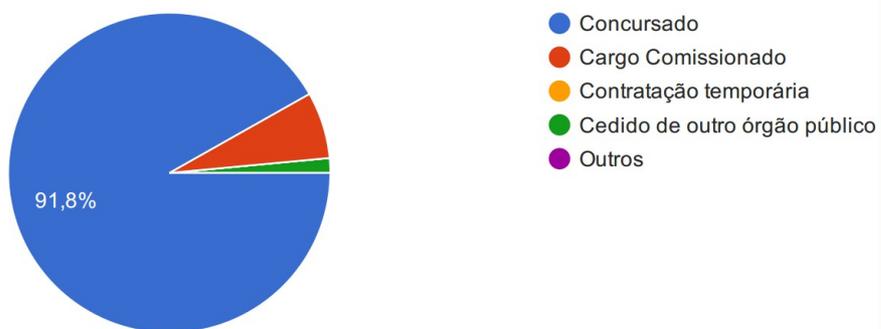
(135 respostas)



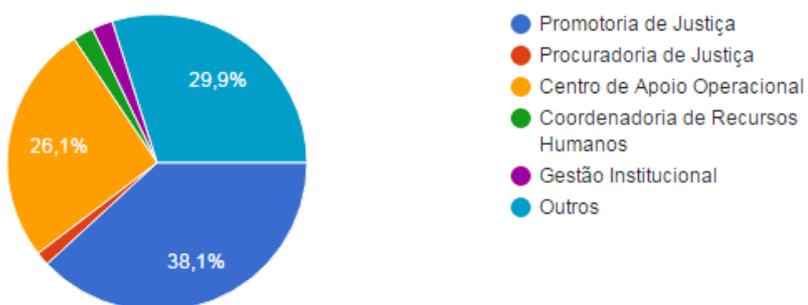
3. Qual é o nível de sua formação profissional? (134 respostas)



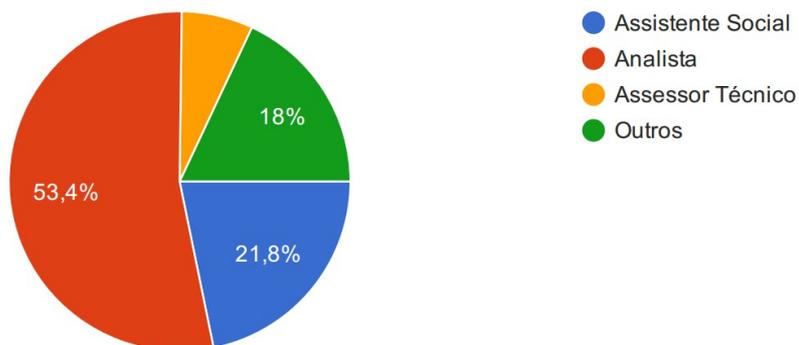
4. Que tipo de vínculo empregatício você mantém com o MP? (134 respostas)



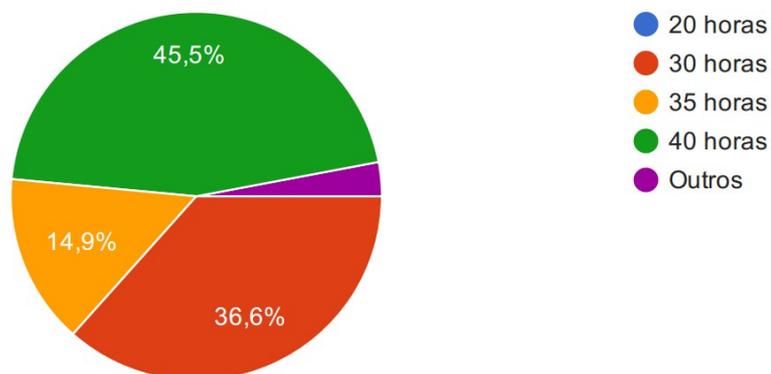
5. Em que parte da estrutura/setor do MP você atua? (134 respostas)



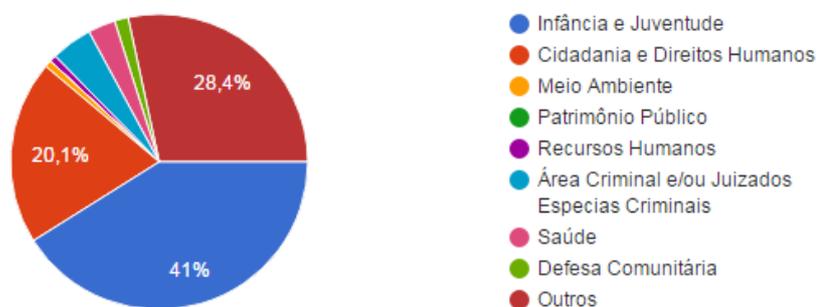
6. Que tipo de denominação recebe o seu cargo no MP? (133 respostas)



7. Qual é a sua carga horária de trabalho semanal? (134 respostas)



8. Indique a principal área que você atua? (134 respostas)

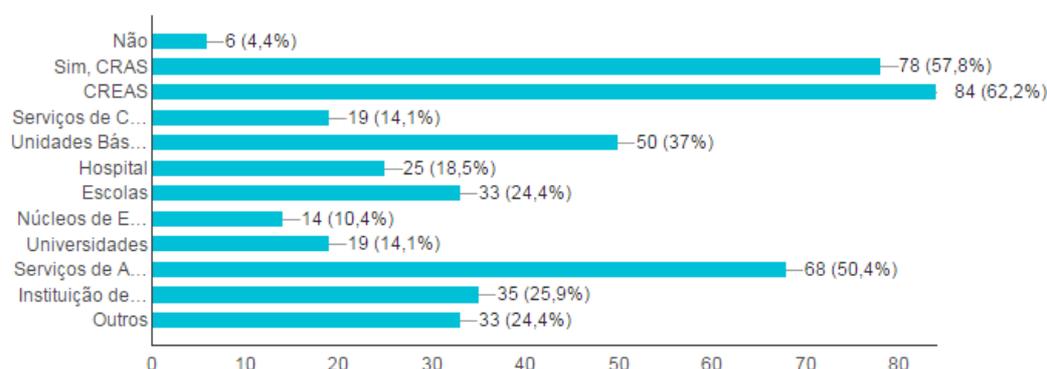


9. Identifique o principal segmento social com o qual você atua? (132 respostas)



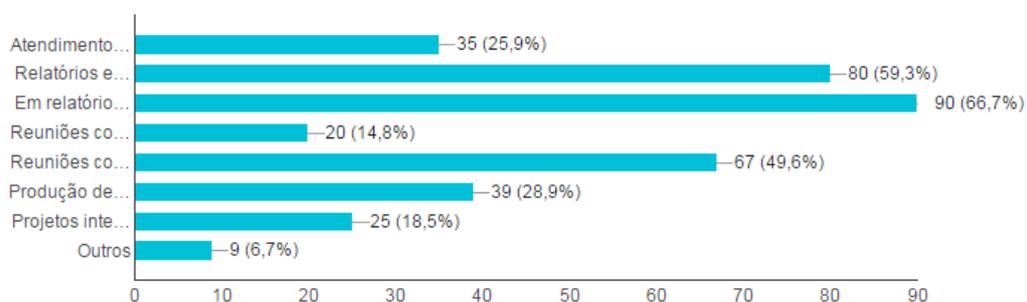
10. Para a concretização da sua ação profissional você costuma interagir com a rede de atendimento do município? Assinale os três principais.

(135 respostas)



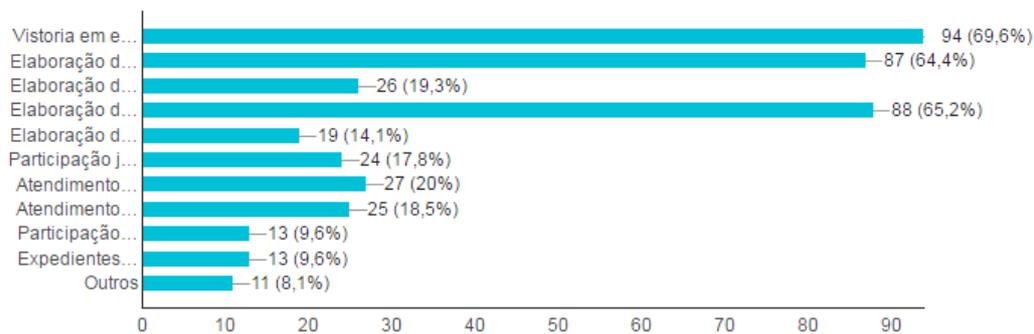
11. A sua ação profissional se materializa de que forma? (Assinale as três principais)

(135 respostas)



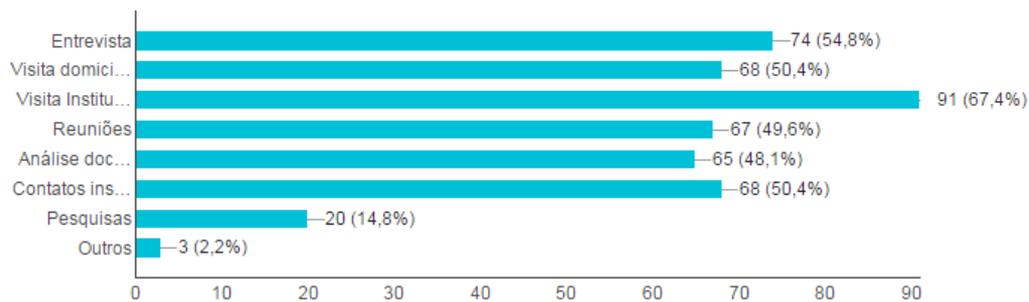
12. Quais são as três principais ações que você desenvolve no MP?

(135 respostas)



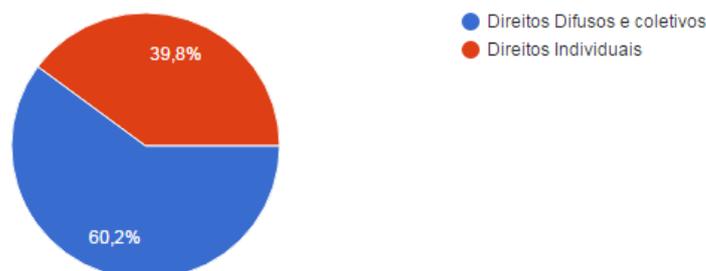
13. Quais os três principais instrumentos que você utiliza para concretizar sua ação profissional?

(135 respostas)



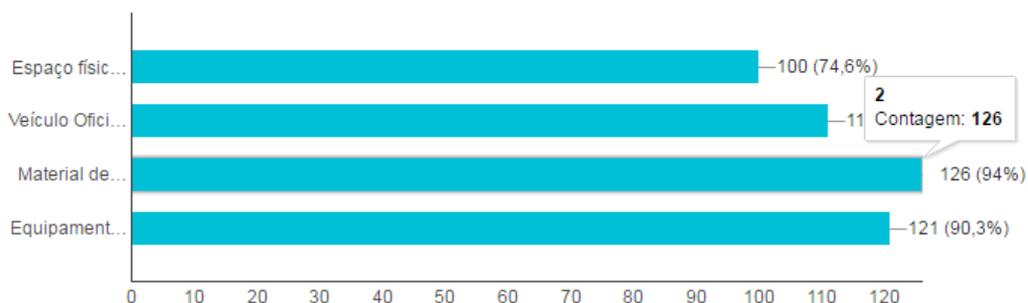
14. A sua atuação profissional acontece principalmente em matéria de:

(133 respostas)



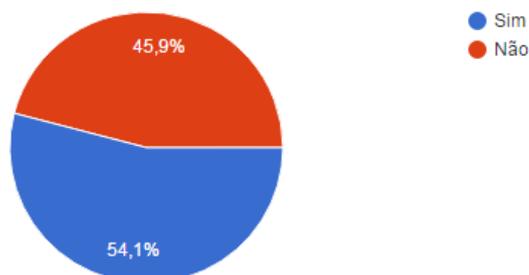
15. Você dispõe de condições adequadas para a realização do seu trabalho? (Assinale as que possui)

(134 respostas)



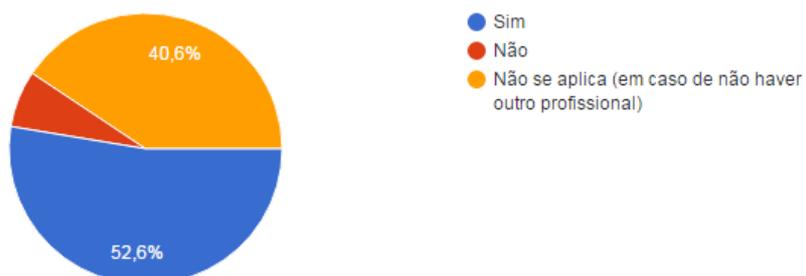
16. Há outro (s) assistente (s) social (is) em seu setor/local de trabalho?

(135 respostas)



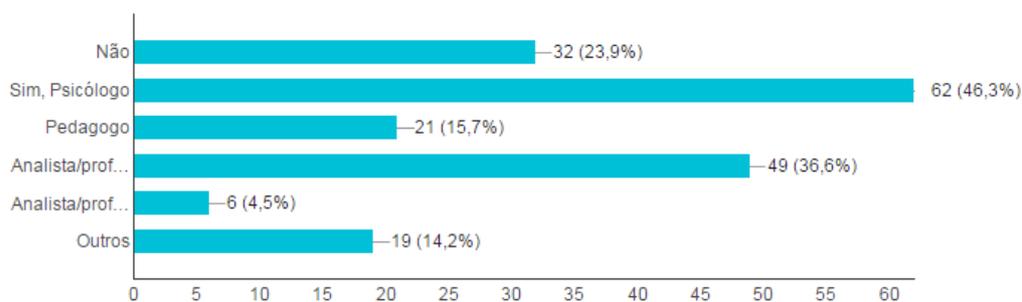
17. Há interação na forma de troca ou grupo de trabalho entre estes profissionais?

(133 respostas)

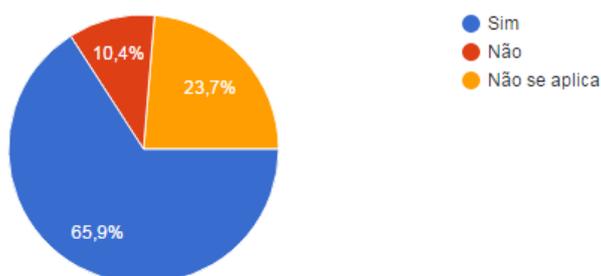


18. Há profissional de formação diversa em seu setor/local de trabalho?

(134 respostas)



19. Há interação interdisciplinar entre estes profissionais? (135 respostas)



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O VI ENSSMP foi encerrado de maneira bastante positiva diante da proposta metodológica que foi realizada pela comissão organizadora. Nesse intento, acreditamos que os objetivos propostos foram alcançados, constituindo-se este, em um vigoroso momento de troca de experiências e de posicionamento ético-político dentro do contexto atual.

Realizar um encontro de proporções nacionais foi sem dúvida um imenso desafio profissional abraçado pelas profissionais de Santa Catarina, cuja realização só foi possível graças ao apoio incondicional da administração superior e a participação de tantas colegas que vieram de todas as partes do Brasil.

Encerramos com este Relatório nossa participação nessa trajetória de 10 anos de realização dos encontros desejando que essa iniciativa possa sempre prosperar em um movimento de organização permanente da categoria.

Até Breve!!!!

ANEXO – FOTOS DOS ENCONTROS

I ENSSMP – PORTO ALEGRE 2006



II ENSSMP – BRASÍLIA 2008



III ENSSMP – MINAS GERAIS 2010



IV ENSSMP – RIO DE JANEIRO 2012





V ENSSMP – SALVADOR 2014





VI ENSSMP – FLORIANÓPOLIS 2016





